

O Dízimo ainda é Lei?

Rousas John Rushdoony

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

Antes de prosseguir em nosso estudo do dízimo, é necessário discutir brevemente as objeções ao dízimo. Há muitos que sustentam que o dízimo não é mais obrigatório, mas foi abolido, juntamente com o restante da lei, pelo grande fato “divisório” na história, a cruz. Essa posição, sempre que defendida, reside em uma forma de dispensacionalismo. Ela divide as Escrituras em duas ou mais eras que são totalmente diferentes, até mesmo quanto à maneira de salvação em alguns casos, e sustenta que a lei é agora inválida, pois estamos debaixo da graça.

A salvação, contudo, em toda a Escritura é pela graça soberana de Deus somente. O homem nunca foi salvo pelas obras da lei em nenhum momento da história. A Escritura não nos dá dois planos de salvação, mas somente um. Antes da vinda de Cristo, a salvação pelo seu sacrifício vicário foi anunciada no sistema sacrificial. O homem era salvo, não pelas obras, mas pelo sangue expiatório do Cordeiro, anunciado antes de sua vinda através do sacrifício de animais sem defeito. O crente colocava suas mãos no animal a ser sacrificado, confessava os seus pecados, e agradecia a Deus por prover o sacrifício vicário do inocente para a sua salvação. A lei não salvou nenhum homem, seja no Éden, em Israel ou na igreja. A lei anuncia a justiça de Deus. Ela é o Código Santo, o caminho da santidade ou santificação. Ela declara que essa é a vida da fé, a vida de obediência: essa é a forma de servir a Deus.

O caminho da salvação não varia na Bíblia: é sempre pela graça soberana. O caminho da santificação não muda na Bíblia: é pela obediência à lei de Deus. O dispensacionalismo, quer em suas formas moderadas ou extremas, faz violência ao significado e unidade da Escritura.

Aqueles que negam a lei o fazem supostamente em nome de um caminho “mais sublime” agora aberto aos cristãos. Dessa forma, certo dispensacionalista, Pieter A. Verhoef, escreve:

A lei declara um dia dentre sete para ser santo ao Senhor – o Espírito santifica todos os sete. A lei separa uma tribo das doze para servir como sacerdotes – o Espírito declara toda a congregação como sendo sacerdotes (1 Pedro 2.9). A lei exige a décima parte das possessões – o Espírito nos translada para nos

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em outubro/2010.

tornarmos possessão de Deus com tudo o que temos, cem por cento. Tudo pertence a ele. Somos seus despenseiros, que darão conta de cada centavo que possuímos.²

Dessa forma, para Verhoef, o dízimo não é lei para nós! Mas essa é uma declaração chocante da parte de um professor de Antigo Testamento! Examinemos seus comentários. *Primeiro*, há uma suposta diferença entre a era da lei e a era do evangelho, para usar esses termos comuns mas ilegítimos, no fato que “a lei declara um dia dentre sete para ser santo ao Senhor – o Espírito santifica todos os sete”. Como assim? A lei é enfática, repetidamente: “Santos sereis, porque eu, o SENHOR, vosso Deus, sou santo” (Lv 19.2). S. Pedro simplesmente repete a lei, declarando:

Segundo é santo aquele que vos chamou, tornai-vos santos também vós mesmos em todo o vosso procedimento, porque escrito está: Sede santos, porque eu sou santo. (1 Pedro 1.15-16)

Em *toda* a Escritura, requer-se que *toda* a nossa vida, dias e atividades sejam santos: não há diferença aqui entre o Antigo e Novo Testamento. Um dia dentre sete deve ser separado para *descanso*, mas todos os sete devem ser devotados à santidade, todos devem ser santificados ao Senhor e pelo seu Espírito. Verhoef confunde as ideias de *descanso* e *santidade*; elas são ideias relacionadas, mas claramente separadas. Não somente o descanso, mas o trabalho também deve ser santo.

Segundo, Verhoef diz: “A lei separa uma tribo das doze para servir como sacerdotes – o Espírito declara toda a congregação como sendo sacerdotes (1 Pedro 2.9)”. Essa é uma declaração impressionante; impressionante em sua desonestidade e falsidade. Certamente Verhoef sabe que aqui Pedro também está citando a lei! Observe o que o Antigo Testamento declara, e como Pedro resume isso:

Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha; vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa. São estas as palavras que falarás aos filhos de Israel. (Ex 19.5-6)

Mas o SENHOR vos tomou e vos tirou da fornalha de ferro do Egito, para que lhe sejais povo de herança, como hoje se vê. (Dt 4.20)

Porque tu és povo santo ao SENHOR, teu Deus; o SENHOR, teu Deus, te escolheu, para que lhe fosses o seu povo próprio, de todos os povos que há sobre a terra. (Dt 7.6)

² Pieter A. Verhoef, “Tithing – A Hermeneutical Consideration”, in John H. Skilton, editor: *The Law and the Prophets, Old Testament Studies Prepared in Honor of Oswald Thompson Allis*, p. 127. Nutley, New Jersey: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1974.

Porque sois povo santo ao SENHOR, vosso Deus, e o SENHOR vos escolheu de todos os povos que há sobre a face da terra, para lhe serdes seu povo próprio. (Dt 14.2)

E o SENHOR, hoje, te fez dizer que lhe serás por povo seu próprio, como te disse, e que guardarás todos os seus mandamentos. Para, assim, te exaltar em louvor, renome e glória sobre todas as nações que fez e para que sejas povo santo ao SENHOR, teu Deus, como tem dito. (Dt 26.18-19)

Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz. (1 Pedro 2.9)

Ser um *povo santo* significa ser um povo separado, um povo dedicado ou sacerdotal. Isso o Antigo Israel era e isso o Novo Israel de Deus é. Então um clero profissional existia e hoje existe um também. O que Ex 19.6 diz, 1 Pedro 2.9 repete. Nosso futuro é de fato cruel, e o julgamento de Deus certo, quando a igreja tem como seus eruditos “fieis” e “reformados” homens como Verhoef.

Terceiro, Verhoef diz:

A lei exige a décima parte das possessões – o Espírito nos translada para nos tornarmos possessão de Deus com tudo o que temos, cem por cento. Tudo pertence a ele. Somos seus despenseiros, que darão conta de cada centavo que possuímos.

Essa é uma obra-prima, mas não da graça! A recusa em dizimar é transformada numa virtude, como um sinal que de alguma forma, sonegando o nosso dízimo, estamos dando ao Senhor tudo! Já vimos que Dt 4.20 fala de Israel como a herança ou possessão de Deus; Dt 14.2 como um povo único ou peculiar ao Senhor, isto é, como sua propriedade, e assim por diante. Em *toda* era, os eleitos de Deus são sua possessão no sentido mais pleno da palavra.

Mas isso não é tudo. Certamente um professor de Antigo Testamento deveria saber que os primeiros frutos e o dízimo representam a dedicação de *toda* a colheita e de *toda* a nossa renda, pessoa e vida ao Senhor. O fato de dar os primeiros frutos, as primícias do rebanho e o *dízimo*, não o resto mas a primeira porção ao Senhor, significa a dedicação de tudo ao Senhor.

Em um ponto Verhoef está correto: somos “possessão de Deus com tudo o que temos, cem por cento. Tudo pertence a ele. Somos seus despenseiros, que darão conta de cada centavo que possuímos”. Precisamente, e esse é o motivo de Deus requerer de nós o dízimo, nossos primeiros frutos. Sua reivindicação sobre nós é primeira e total. Reconhecemos essa

reivindicação ao dar a Deus o dízimo que ele requer de nós pela lei. Se damos a ele a prioridade em nossas vidas, tempo, trabalho e renda, então temos de fato manifestado por meio disso que somos verdadeiramente sua possessão. Se negamos a ele o seu dízimo, então nossa profissão de fé é vazia.

Sou normalmente um homem dado à hospitalidade nos termos bíblicos. Fundamento na Escritura, ordenei que um homem deixasse a minha casa ano passado. Ele chegou ao clímax de suas exposições de farisaísmo ao declarar que acreditar em ser totalmente do Senhor, e que acreditava no princípio do dízimo, mas não na “prática legalista” dele. Perguntei quando ele dava, e ele recusou responder, mas tornou-se aparente pelas respostas de sua esposa que ele não dava quase nada!

Podemos crer em Jesus Cristo como Senhor e Salvador em princípio, mas não na prática? Podemos crer em sermos fieis às nossas esposas em princípio, mas não na prática, sem sermos mentirosos ou hipócritas? Podemos declarar que somos do Senhor em princípio, sem a prática do dízimo, e ainda estarmos em seu favor? Não posso crer nisso.

Fonte: Capítulo 3 do excelente livro “Tithing and Dominion”, futuro lançamento da Editora Monergismo.